

**DATA DA REUNIÃO:** DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** QUINZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DO PRESENTE ATA.-----

**TOMADA DE POSSE DOS SENHORES VEREADORES DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO E CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES.**----

De harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 60º da mesma Lei 169/99, o senhor presidente da câmara, verificada a identidade e legitimidade dos eleitos Dr. José Manuel Alves Pimenta de Carvalho e Carlos Alberto Carvalho Fernandes, presentes nesta reunião, declarou-os investidos nas suas funções para o mandato 2017/2021, resultante das eleições ocorridas no dia um de outubro findo, podendo consequentemente entrar em funções, a partir deste momento.-----

Reunião : EXTRAORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 20 Fl. 3  
02 de novembro de 2017

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 02/NOVEMBRO/2017 – ATA Nº 20**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel.: +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Projeto de Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria (PPZIP)
- 2 – Proposta de delegação de competências da câmara municipal no respetivo presidente
- 3 – Contrato de Prestação de Serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares celebrado no dia 04/09/2017: Prorrogação do prazo de vigência do contrato
- 4 – Empreitada: “Arruamento de ligação do Cemitério de Vilarinho a Paradela – 2ª fase”: Aprovação da minuta do contrato
- 5 – Empreitada: “Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e espaços adjacentes – 1ª fase” – Trabalhos a mais (1º adicional): Aprovação da minuta do contrato
- 6 – Empreitada: “Trabalhos de requalificação do edifício escolar da EB1 Conde S. Bento – Santo Tirso” – trabalhos a mais (1º adicional): Aprovação da minuta do contrato
- 7 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para execução de obras de beneficiação na Rua das Duas Igrejas



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

5

72 7

Santo Tirso, 27 de outubro de 2017

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

## 1. PROJETO DE PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA PICARIA (PPZIP).-----

Presente requerimento de vinte e seis de outubro findo, da sociedade Garcia, Garcia, S.A., registado com o número vinte e sete mil quatrocentos e trinta e cinco, a apresentar, na sequência do Contrato de Planeamento celebrado entre o município e aquela sociedade no dia vinte e sete de setembro findo, cuja minuta foi aprovada pela câmara municipal em reunião ordinária e pública de treze de julho último (item três da respetiva ata), e na sequência da correção dos lapsos que foram detetados na instrução do processo, uma terceira versão da proposta de Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria, situado na freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.-----

O assunto vem informado pela Divisão do Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de vinte e seis de outubro findo, registada com o número dez mil quatrocentos e setenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse o seguinte:-----

1. Aprovar a constituição da equipa técnica responsável pela elaboração do Plano, que cumpre os requisitos previstos no Decreto-lei 292/95, cuja composição consta do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, com vinte e três folhas;-----

2. Considerando que a proposta de Plano apresentada respeita os Termos de Referência aprovados pela câmara na aludida reunião de treze de julho último e dá resposta aos objetivos da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 10.2 do Plano Diretor Municipal, remeter a proposta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte para efeitos da conferência procedimental e emissão de parecer final, devendo, no entanto, a proposta ser melhorada e completada na sua versão final, nos termos que constam da aludida informação técnica.-----



Anexa-se um exemplar da proposta de Plano apresentada à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por duzentas e dezoito folhas.-----

Após discussão, a câmara municipal deliberou, por votação nominal, aprovar as propostas apresentadas pelo presidente da câmara, por unanimidade.-----



## **2. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DE 26/10/2017-----**

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi proposto que a câmara municipal, em aditamento à sua deliberação de vinte e seis de outubro findo (item cinco da ata da respetiva reunião), e com fundamentação constante da mesma, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 34º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, e de harmonia com o previsto nos artigos 44º e 47º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse delegar no presidente da câmara municipal, com a faculdade de subdelegação em quaisquer dos vereadores, ou dos dirigentes das respetivas unidades orgânicas, se a lei o permitir, as competências abaixo referidas, em matéria de contratação pública e de realização de outras despesas, sem prejuízo de outras competências da câmara municipal cuja proposta de delegação apresentaremos noutra reunião.-----

### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS E DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações subsequentes, incluindo as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei 111-B/2017, de 31 de agosto). -----**

1. Praticar os atos a seguir referidos, cuja estimativa / preço base / preço contratual do valor global do respetivo contrato seja superior a 149.639,37 € (30.0000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos); -----

a) Autorizar as despesas inerentes aos contratos a celebrar, abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos; -----

b) Tomar a decisão de contratar prevista no n.º 1 do artigo 36º do referido Código;-----

c) Aprovar as peças dos procedimentos de formação dos contratos;-----

d) Decidir sobre a escolha do procedimento de formação de contratos;-----

e) Designar o júri do procedimento, nos termos previstos no artigo 67º do mesmo Código,





e designar peritos ou consultores para o apoiarem, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68º;

**f)** Delegar competências no júri do procedimento, de harmonia com o legalmente previsto;-----

**g)** Proceder, oficiosamente, à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, prestação de esclarecimentos e alteração das peças procedimentais;-----

**h)** Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados;-----

**i)** Pronunciar-se sobre os erros e as omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados;-----

**j)** Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 64º e nos termos legalmente previstos;-----

**k)** Decidir sobre a classificação de documentos, nos termos previstos no artigo 66º, e promover a respetiva desclassificação, nos termos da mesma norma legal;-----

**l)** Tomar a decisão de adjudicação prevista no artigo 73º, ou tomar a decisão de não adjudicação, nos termos legalmente previstos;-----

**m)** Notificar a decisão de adjudicação a todos os concorrentes;-----

**n)** Notificar o adjudicatário para os efeitos previsto no n.º 2 do artigo 77º;-----

**o)** Solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas, de harmonia com o previsto no n.º 8 do artigo 81º;-----

**p)** Notificar os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do artigo 85º do mesmo Código;-----

**q)** Tomar a decisão de considerar que o preço ou o custo de uma proposta é anormalmente baixo e a consequente exclusão com essa justificação, nos termos legalmente previstos;-----

**r)** Aprovar as minutas dos respetivos contratos, notificá-las aos adjudicatários e decidir as



reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, tudo nos termos dos artigos 98º e seguintes do referido Código;-----

s) Dispensar a redução do contrato a escrito, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 95º;

t) Prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, nos termos previstos no artigo 92º;-----

u) Comunicar ao adjudicatário a data, hora e local em ocorrerá a outorga do contrato, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 104º;-----

v) Declarar a caducidade da adjudicação, nos termos previstos nos artigos 86º, 91º, 93º e 105º e adjudicar a proposta ordenada em segundo lugar;-----

w) Autorizar o pagamento de adiantamentos de preço, em casos excepcionais, nos termos do n.º 3 do artigo 292º;-----

y) A competência prevista no n.º 1 do artigo 371º para ordenar ao empreiteiro a execução de trabalhos a mais, nos casos e termos legalmente previstos;-----

z) A competência prevista no n.º 3 do artigo 373º para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro relativa a trabalhos a mais que estejam nas condições previstas na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 373º;-----

aa) A competência para ordenar ao empreiteiro a execução de todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos legalmente previstos;-----

bb) A competência para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro relativa ao preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos legalmente previstos;-----

cc) Ordenar a execução de serviços complementares, nas condições previstas no artigo 454º;-----

2. Praticar os atos a seguir referidos, no âmbito da execução dos contratos plenamente eficazes, relativamente a todos os contratos cujo valor caiba originariamente na competência da câmara para autorizar a despesa:-----

a) Autorizar a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos previstos nos artigos 316º e seguintes;-----

b) Considerar perdida a favor do município a caução prestada pelo adjudicatário, nos casos e termos legalmente previstos;-----

c) Promover a liberação da caução, nos termos legalmente previstos;-----

d) Efetuar adiantamentos de preço por conta das prestações a realizar, nas condições previstas nos números 1 e 2 do artigo 292º;-----

e) Exercer os poderes do contraente público previstos no artigo 302º do mesmo Código, nos termos legalmente previstos, com exceção dos poderes de modificação, resolução ou revogação do contrato quando o respetivo valor for igual ou superior a 748.196,85 € (150.000 contos), casos em que a competência para a prática dos respetivos atos administrativos cabe à câmara municipal;-----

f) Decidir reclamações apresentadas pelo empreiteiro, nos termos do artigo 345º;-----

g) A competência para a aprovação do plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º;-----

h) A competência para a aprovação do plano de segurança e saúde;-----

i) Ordenar ou autorizar a suspensão da execução dos trabalhos, nos termos legalmente previstos;-----

j) Ordenar ao empreiteiro que deixe de executar quaisquer trabalhos previstos no contrato, nos termos legalmente previstos;-----

k) A competência para tomar todas as demais decisões do contraente público previstas no referido Código no decurso da execução dos contratos.-----

**3 -** A competência para autorizar outras despesas orçamentadas (previstas no Orçamento da Despesa, no Plano Plurianual de Investimentos ou no Plano de Atividades Municipal aprovados pela assembleia municipal), até ao limite de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**3. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES CELEBRADO NO DIA 04/09/2017: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.-----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara municipal de vinte e sete de outubro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, que decidiu prorrogar o prazo de vigência do contrato celebrado no dia quatro de setembro último, que tem por objeto o fornecimento de refeições em refeitórios escolares, até ao fim do corrente mês de novembro, na exatas condições do respetivo contrato, alterando, consequentemente, a redação da cláusula quarta do aludido contrato.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

Após discussão a câmara deliberou, por votação nominal, ratificar o despacho anexo, por unanimidade.-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

13

### ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Considerando que em dia 4 de setembro de 2017 foi celebrado um contrato de prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares (contrato nº 97/2017) no valor estimado de 242.815,78€ (duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e quinze euros e setenta e oito cêntimos) acrescido do IVA à taxa em vigor, para o período de setembro e outubro de 2017, com a sociedade UNISELF- Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A;

Considerando que este contrato foi celebrado, ao abrigo de um procedimento por ajuste direto por critérios materiais (al. c) do nº 1 do art.º 24º do CCP), para vigorar até à entrada em vigor do novo contrato que vier a ser celebrado na sequência do concurso público internacional nº 1529/CPI/S/2017, conforme estipulado no n.º 1 da cláusula 4.ª do referido contrato 97/2017;

Considerando que o contrato a celebrar na sequência do referido procedimento do concurso público internacional não entrará em vigor antes do dia 31 de outubro, uma vez que a adjudicação do contrato à sociedade vencedora foi efetuada por decisão do presidente proferida por despacho de 29 de setembro de 2017, ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, tendo sido ratificado pela câmara municipal por deliberação de 26 do corrente mês de outubro;

Considerando ainda que o contrato só poderá produzir efeitos após o visto expresso ou tácito do Tribunal de Contas;

Considerando a necessidade de continuar a assegurar o fornecimento de refeições escolares, serviço essencial, mostra-se necessário prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo menos até ao final do próximo mês de

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**

ISO 9001

certificação

acreditada

por IFAC

Serviços de Órgãos Particulares,  
Ação Social e Assistência  
Geral e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.021GR





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

14

novembro, conforme estipulado no n.º 3 da cláusula 4 do referido contrato, nas exatas condições de prestação estipuladas no mesmo contrato.

Atendendo a que o valor global do contrato foi efetuado com base na estimativa da adesão de todos os alunos ao serviço de almoço e de lanches resultando no valor global para 2 meses de 242.815,78€, acrescido do IVA à taxa em vigor.

Tendo em conta a informação da divisão de educação de 17 do corrente mês de outubro, registada com o número 10147, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, que comunica que a faturação relativa ao mês de setembro é no montante de 51.826,32€ (cinquenta e um mil oitocentos e vinte e seis euros e trinta e dois cêntimos) acrescido de IVA, o que perfaz uma despesa no valor de 58.563,74€ (cinquenta e oito mil quinhentos e sessenta e três euros e setenta e quatro cêntimos) e que apesar de ser previsível um aumento do número de refeições fornecidas nos meses de outubro e novembro, não é estimável que esse aumento implique uma despesa superior à que está cabimentada (274.381,83€, conforme proposta de cabimento nº 2135/2017, de 25 de julho), pelo que não se mostra necessário, com esta prorrogação, cabimentar valor superior;

Considerando ainda que a prorrogação do prazo de vigência do contrato para mais um mês (novembro 2017) não vai exceder o valor de 350 000,00€, não sendo por isso necessário remeter o contrato para o tribunal de contas para efeito de fiscalização prévia, nos termos do nº 1 do art.º 130º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro.


Face ao exposto determino que:

- Seja prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 97/2017, de harmonia com o previsto no n.º 1 da cláusula 4.ª do referido contrato, para o mês de novembro de 2017 nas exatas condições do respetivo contrato;
- Seja alterada a redação do nº 1 da cláusula 4ª do contrato nº 97/2017, nos seguintes termos:

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Albergamento  
Gestão e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Comunicação



#### **Cláusula 4ª**

(...)

1. O presente contrato tem início no dia 04 (quatro) do corrente mês de setembro e termina a 30 de novembro de 2017, com a possibilidade de prorrogação do seu prazo de vigência até à entrada em vigor do contrato que vier a ser celebrado na sequência do concurso público internacional em tramitação, conforme aviso de abertura publicado no Diário da República, 2ª série, de 04 de julho último (Anúncio de procedimento número 5652/2017).

2. (...)

3. (...)

4. (...)

c) Em resultado da alteração daquele número, a redação da cláusula 4ª do referido contrato passa a ser a seguinte:

#### **Cláusula 4ª**

##### **Prazo de vigência do contrato**

1. O presente contrato tem início no dia 04 (quatro) do corrente mês de setembro e termina a 30 de novembro de 2017, com a possibilidade de prorrogação do seu prazo de vigência até à entrada em vigor do contrato que vier a ser celebrado na sequência do concurso público internacional em tramitação, conforme aviso de abertura publicado no Diário da República, 2ª série, de 04 de julho último (Anúncio de procedimento número 5652/2017).

2. A eventual extinção do contrato antes do termo previsto não dá qualquer direito de indemnização à representada do segundo outorgante.

3. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato, será celebrada adenda ao presente contrato.

4. Na eventualidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato, se o preço estimado global do mesmo, considerando o período de prorrogação, vier a exceder o valor de 350 000,00€, o presente contrato será enviado para o Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia.

d) Com a presente prorrogação do prazo de vigência do contrato número 97/2017 mantêm-se os valores da proposta de cabimento nº 2135/2017 de 25





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

16

de julho e do compromisso número 3160/2017, de 08 de agosto, efetuados para o contrato inicial.

Remeta-se o presente despacho à reunião extraordinária da câmara municipal, agendada para o próximo dia 02 de novembro.

Santo Tirso, 27 de outubro de 2017.

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras Públicas,  
Ação Social e Alimentar,  
Crianças e Actividades de Juventude,  
Administração, Recursos,  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras



**4. EMPREITADA: “ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO DO CEMITÉRIO DE VILARINHO A PARADELA – 2ª FASE”: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----**

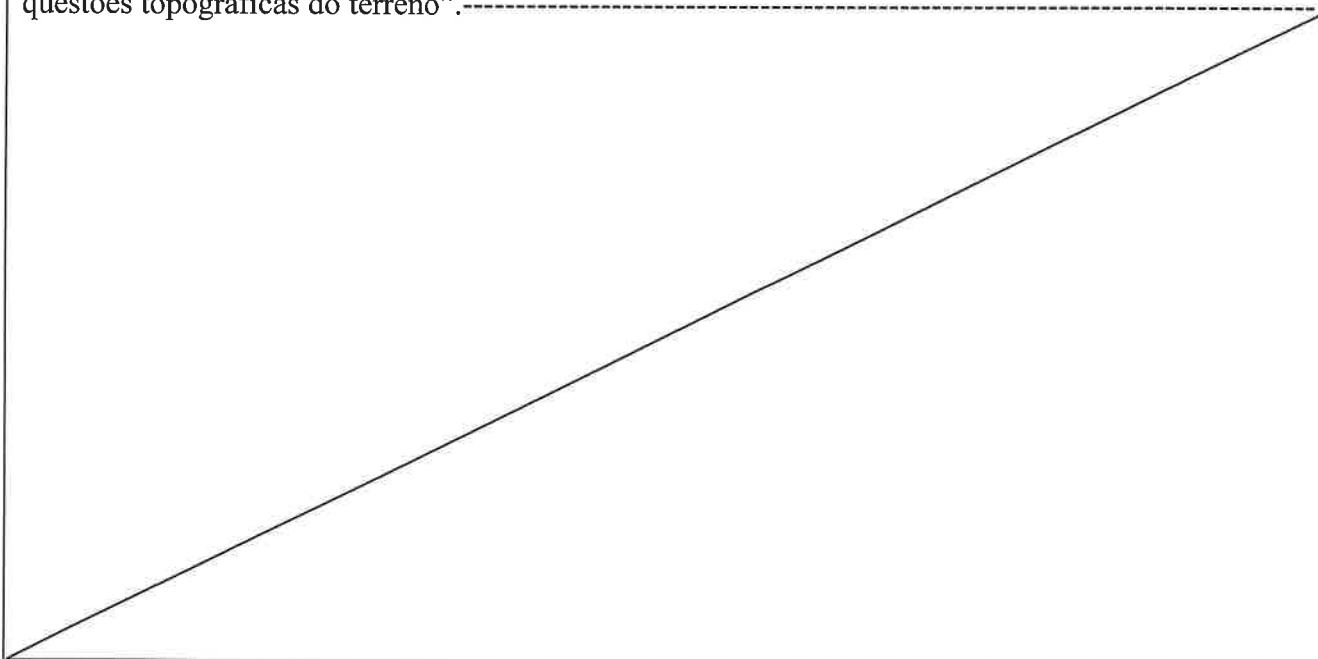
Presente a minuta do contrato da empreitada acima identificada, para efeitos de aprovação, a celebrar na sequência do despacho de adjudicação do presidente da câmara municipal, de um de setembro último, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, por deliberação de trinta de outubro de dois mil e treze.-----

A câmara deliberou, por votação nominal, e por unanimidade, aprovar a minuta do referido contrato, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.---

No momento da discussão da proposta, interveio a senhora vereadora Dra. Andreia Neto, tendo referido o seguinte:-----

“Gostaria de saber qual o motivo porque a obra foi interrompida no dia imediatamente a seguir às eleições”.-----

O senhor presidente esclareceu que “tinham surgido uns problemas relacionados com questões topográficas do terreno”.-----





**5. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO E ESPAÇOS ADJACENTES – 1ª FASE” – TRABALHOS A MAIS (1º ADICIONAL): APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.**-----

Presente a minuta do contrato adicional (1º adicional) ao contrato da empreitada acima identificada, celebrado em três de agosto de dois mil e dezasseis, para efeitos de aprovação, a celebrar na sequência do despacho do presidente da câmara municipal, de vinte e um de setembro último, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, por deliberação de trinta de outubro de dois mil e treze, que aditou a execução de trabalhos a mais no aludido contrato de empreitada no valor de 126.133,16 € (cento e vinte e seis mil cento e trinta e três euros e dezasseis cêntimos), mais IVA.-----

A câmara deliberou, por votação nominal e unanimidade, aprovar a minuta do referido contrato adicional, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.---



**6. EMPREITADA: “TRABALHOS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DA EB1 CONDE S. BENTO – SANTO TIRSO” – TRABALHOS A MAIS (3º ADICIONAL): APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----**

Presente a minuta do contrato adicional (3º adicional) ao contrato da empreitada acima identificada, celebrado no dia seis de outubro de dois mil e dezasseis para efeitos de aprovação, a celebrar na sequência do despacho do presidente da câmara municipal, de vinte e oito de setembro último, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, por deliberação de trinta de outubro de dois mil e treze, que aditou trabalhos a mais ao aludido contrato no valor de 28.492,28 € (vinte e oito mil quatrocentos e noventa e dois euros e vinte e oito cêntimos), mais IVA.-----

A câmara deliberou, por votação nominal, e unanimidade, aprovar a minuta do referido contrato adicional, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.----



**7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NA RUA DAS DUAS IGREJAS.**-----

Presente ofício de seis de setembro último, da União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, enviado por email da mesma data, registado com o número vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução de obras de beneficiação de um troço da Rua das Duas Igrejas – Sequeirô, que inclui a execução de rede de drenagem de águas pluviais.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa que a estimativa orçamental global é de 41.930,02 € (quarenta e um mil novecentos e trinta euros e dois cêntimos), com IVA incluído.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de dezembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm maior capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra;-----

Considerando os pressupostos que constam da respetiva minuta do contrato de delegação de competências;-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da autorização concedida pela Assembleia Municipal aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso, delibere celebrar com a União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira um contrato de delegação de competências relativo à execução de obras de beneficiação na Rua das Duas Igrejas, nos termos da minuta do contrato que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VI da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente e por secretariou a presente reunião.-----

Os encargos assumidos pelo município de Santo Tirso com a execução do presente contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento nº 3150/2017.-----

O compromisso inerente ao referido contrato foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3816/2017, de vinte e sete de outubro findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

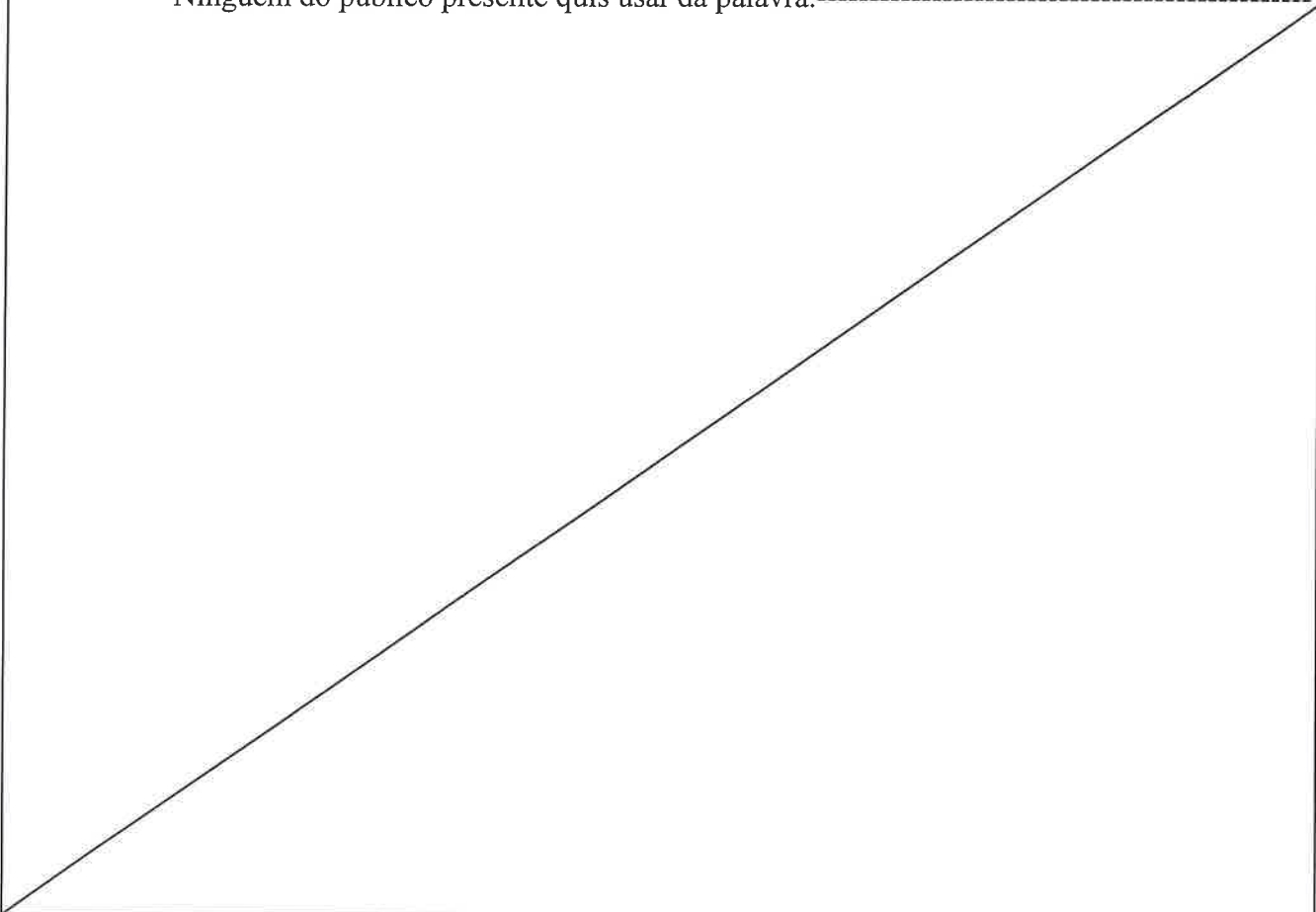


**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião. Esta reunião foi de carácter público, face ao disposto no n.º 7 do artigo 89º do Decreto-lei 80/2015, de 14 de maio, o que foi publicitado pelo edital n.º 175/2017, afixado nos lugares de estilo, e publicado no jornal “Jornal de Santo Thyrso” de vinte e sete de outubro findo.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Ninguém do público presente quis usar da palavra.-----







**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e trinta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem vinte e três folhas, e seis documentos anexos (anexos I e II, relativos ao item um; anexo III, relativo ao item quatro; anexo IV, relativo ao item cinco; anexo V, relativo ao item seis; e anexo VI, relativo ao item sete), apenas utilizadas no anverso, que eu

*Adriana Adelaide Salgado Fagundes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 16/11/2017, conforme consta do item dois da respetiva ata (folhas onze da mesma), com a retificação que foi aprovada em reunião de 30/11/2017, quanto ao item quatro (conforme item dois desta reunião – folhas doze da respetiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana Fagundes*